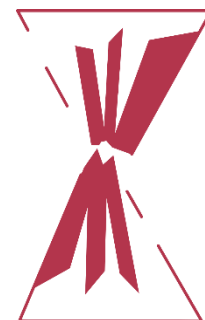



***A cultura política fascista no tempo presente:***  
*apontamentos para o estudo sobre*  
*linguagem fascistizante no Brasil*

***The fascist political culture in the present time:*** notes  
*for the study of fascist language in Brazil*



ALVES, Luiz Fellipe\*

 <https://orcid.org/0000-0001-5991-3857>

**RESUMO:** O Objetivo deste artigo é demonstrar como, a partir de Olavo de Carvalho, é estruturada uma linguagem que alimenta o processo de fascistização no Brasil do tempo presente, através da mobilização de signos comoventes que estabelecem processos de interpelação ideológica seguindo padrões eufóricos e disfóricos de determinados elementos linguísticos. Nesse sentido busca-se observar, através do estabelecimento de um mito conspiratório, de um complô, como se delimita uma política do “nós contra eles” e a criação de um inimigo direto. Exclui-se a perspectiva de adversário político do embate democrático e determina-se a negação do outro. Nesse sentido, entendemos o fascismo como a negação da alteridade, a rejeição do outro e a gana por extirpa-lo. A perspectiva, por consequência, é fazer observações iniciais de como essa estrutura linguística de raciocínio opera a partir deste ideólogo mediador em duas obras. “Nova era e revolução cultural: Fritjof Capra & Antônio Gramsci” (1998) e “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” (2013). A busca é para traçar relações entre o passado recente e o tempo presente nessas obras.

**PALAVRAS-CHAVE:** linguagem fascistizante; Brasil; conspiração; história do tempo presente.

**ABSTRACT:** The purpose of this paper is to show how as of Olavo de Carvalho a language is structured that feeds the process of fascistization in Brazil of the present time, through the mobilization of moving signs that establish processes of ideological interpellation following euphoric and dysphoric patterns of certain linguistic elements. In this sense, we seek to observe, through the establishment of a conspiratorial myth of a plot how a policy of “us against them” policy is defined and the creation of a direct enemy. The perspective of a political opponent is excluded from the democratic confrontation and the denial of the other is determined. So, we understand fascism as the denial of otherness, the rejection of the other and the desire to extirpate him. The perspective therefore is to make initial observations of how this linguistic structure of reasoning operates from this mediator ideologue in two works: “New era and cultural revolution: Fritjof Capra & Antônio Gramsci” (1998) and “The least you need to know to not be an idiot” (2013). The search is to trace relationships between the recent past and the present time in these works.

**KEYWORDS:** fascist language; Brazil; conspiracy; history of the present.

*Recebido em: 08/07/2022*

*Aprovado em: 14/10/2022*

\* Mestre em História pela UFPR, Curitiba e doutorando em História pela UFJF, Juiz de Fora. Bolsista CAPES. Email: [fellipe7@icloud.com](mailto:fellipe7@icloud.com)



## Introdução

O texto a seguir tem como propósito a experimentação. Pensando em uma espécie de laboratório de desenvolvimentos de ideias epistemológicas e teórico-metodológicas, propomos desenvolver este texto para estabelecer concepções de uma pesquisa mais densa. Através disso, entende-se possível acrescentar ao debate uma ampla gama de categorias e conceitos que venham agregar a uma bibliografia básica sobre o objetivo da pesquisa.

A proposta é analisar as “*micropolíticas fascistas*”, nos termos de Guattari (1986), a partir da construção de uma *linguagem* que possa servir de fio condutor para um processo de fascistização na sociedade brasileira nas últimas décadas. As micropolíticas fascistas aqui abordadas, são vistas como elementos fascistizantes de um indivíduo, são signos, símbolos, atos de fala e, acima de tudo, subjetividades que implicam em uma fascistização. O processo de fascistização pode ser observado, em determinado sentido, através da transferência que ocorre entre o pensamento organizado, a ideologia, a linguagem formal e a performance, a expressão do desejo, a execução, a estética presente no fascismo, enquanto cultura política.

Fica oportuno delimitarmos que entendemos por linguagem a “expressão de uma época”, ela “sempre revela o que uma pessoa tem dentro de si e deseja encobrir, de si ou dos outros, ou que conserva inconscientemente” (KLEMPERER, 2009, p. 49). Essa dinâmica se estabelece nos agenciamentos de enunciação, que por sua vez é responsável pela produção de subjetividades (GUATTARI; ROLNIK; 1986, p. 31). Esses agenciamentos são basicamente fenômenos de interação linguística.

A partir deste raciocínio propomos um texto que aborde três sessões de desenvolvimento de pensamentos. Primeiramente, questões que dizem respeito ao trato das fontes. A proposta apresentada tem como delimitação de fonte uma tipificação, a princípio. Delimitadas, nesse sentido, como fontes primárias. Estas fontes estão presentes em obras publicadas em âmbitos “formais”: livros, artigos acadêmicos e de opinião, com publicações físicas ou não. É importante deixar claro que estes textos serão observados dentro de sua importância e relevância para a construção de determinado raciocínio e que, a partir disso, eles resultam em formas de linguagens, narrativas e, principalmente, ações políticas em determinados sentidos futuros.

É de conhecimento da pesquisa em diversas áreas, que esse tipo de linguagem e discurso se espalha por outras instâncias, como a internet, meio no qual é potencializada e tratada no debate público de forma a diluí-la, desterritorializando um pensamento homogêneo, atingindo diversos grupelhos e movimentos. Relacionado a essa categoria de

fonte propomos observar de que modo o pensamento organizado formalmente cria formas de linguagem, se dilui no debate público e reproduz determinados discursos a fim de internalizar no indivíduo uma determinada cultura, nesse caso, a cultura fascista.

Nesse ponto, principalmente dentro dos critérios da História do Tempo Presente (HTP), o ciberespaço se tornou o lugar necessário que pesquisadores desta corrente necessitam se adequar. As formas atuais de sociabilidades estão inexoravelmente estabelecidas no ciberespaço. A popularização do uso do *smartphone* inundou o ciberespaço e o forjou como o lugar principal das relações sociais. Deste modo, “os historiadores do tempo presente não podem negligenciar o potencial da rede como fonte de pesquisa”. (ALMEIDA, 2011, p. 16).

Pierre Levy, portanto, levantou questões sobre a importância do ciberespaço para o estudo do social e do político, chamando atenção para essa nova forma de sociabilidade. A ideia proposta por ele de “cibercultura” e “ciberespaço” é essencial para que consigamos abordar de forma mais concreta nosso objetivo, pois, é também dentro do ciberespaço, que o sujeito acaba por se inserir no processo de interpelação e se fascistizar.

Para o autor, o ciberespaço “é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores” e não se limita a “infraestrutura” somente, mas também se expressa como um “universo oceânico de informações” onde seres humanos habitam e se alimentam socialmente de relações novas interpessoais, como se este “mundo” fosse uma extensão da realidade física. (LEVY, 2004, p. 17)

Neste sentido, se há um novo mundo, um “universo oceânico de informações”, citando novamente Levy, novas formas de relações são produzidas e, conseqüentemente, dinâmicas de aprendizagem e de formações de identidade também aparecem. Isso pode ser um sintoma do que Levy chama de “cibercultura”, ou seja, “de técnicas, de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (idem). O caráter efêmero, volátil, que com essas relações acontecem acarretam em novas formas de sociabilidade. A era digital, assim conhecida, é o novo tabuleiro onde agora também se estabelece a luta no campo político por poder simbólico e a hegemonia dentro desse campo, nos preceitos de Bourdieu (2011) e de Gramsci (2004), respectivamente. Principalmente no que se refere à política, em seu sentido amplo, o ciberespaço atualmente se encontra como nova arena de embate e debate.

Nos passa pela cabeça que as relações sociais atuais encontram uma dinâmica específica justamente pelo modelo de sociabilidade apresentado. Pensar em uma história intelectual também implica em perceber que a figura do “intelectual clássico”, aquele acadêmico, espelhado nos padrões do século XIX, tende a cada vez mais perder o seu

sentido estrito. Em uma era onde uma significativa parte da sociedade têm acesso ao ciberespaço, essas pessoas podem ser, independente do nível, produtores e mediadores de ideias. Aqui é um ponto que também devemos chamar a atenção. O sentido de intelectual se torna muito mais amplo do que visualizamos no passado, bem como seu alcance. Independentemente, isso não se resume ao tempo presente, ou seja, não é algo inédito – a ideia de intelectual orgânico de Gramsci (2004), por exemplo, se aproxima do que queremos dizer.

A partir disso, acrescentamos uma categoria que nos ajudará a entender o papel do indivíduo que mobiliza elementos fascistizantes ao mesmo tempo que se estabelece enquanto fascistizado: o de *“intelectual mediador”* (SIRINELLI in REMÓND, 1988, p. 244). A noção de intelectual mediador é importante para termos possibilidade de entender como é possível divulgar ideias e criar mentalidades coletivas que sigam determinados preceitos, independentemente de quais sejam ideologicamente. Neste mesmo raciocínio seguimos com a definição de Ângela C. Gomes e Patrícia Santos Hansen que apresentam o intelectual mediador como “alguém que conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar para o outro, de um tempo para o outro, de um código cultural para o outro”. (GOMES e HANSEN, 2016, p. 16). Além disso, a noção de condução, de tráfego de ideias, não exclui a noção de produção, de criação de linguagens e sentidos. As duas coisas não são auto excludentes, pois, “aquilo que o intelectual ‘mediou’ torna-se, efetivamente, outro produto” (ibidem, p.18).

O olhar que se propõe fazer às fontes é esse: a transgressão do pensamento ideológico organizado à cultura política de indivíduos através da interpelação ideológica que, ora formam grupos coesos, ora se distanciam. A princípio não perseguiremos grupos estritos, mas ideias, mentalidades. Perseguiremos a cultura política fascista e sua dinâmica de mediação entre tipos de mentalidades e subjetividades conformes aos interesses destes indivíduos e sujeitos. Assim, entendemos que Olavo de Carvalho, apesar de publicar seus textos de forma formal, encontrou na internet a forma de capilarizar e colocar em debate público de forma mais enfática as suas ideias.

Na segunda sessão deste texto tentaremos explicitar as categorias conceituais que sugerimos para o trato das fontes. Em termos gerais propomos pensar o fascismo enquanto cultura. Nosso interesse é entender a fascistização do indivíduo, como uma linguagem e um discurso que constrói um prisma de interpretação da realidade e é apresentado, interpelado ao indivíduo a fim de sujeitá-lo a adesão à uma movimentação fascista. Entender de que modo este indivíduo se insere dentro da cultura fascista se tornando também mediador e produtor da linguagem. Para que isso possa ser feito, será necessário a utilização de uma gama de conceitos apresentados a seguir.

Na terceira sessão deste texto esboçaremos uma análise das fontes. Nos limitamos, neste momento, a observar recortes textuais de um intelectual mediador que apresentem as características de transposição de ideias entre a formalidade ideológica e o debate público. Nosso interesse é demonstrar que há como observar nessa linguagem, apresentada pelos mediadores intelectuais, signos que apresentem a interpelação ideológica dos indivíduos e sua radicalização enquanto atores políticos. Inicialmente pretendemos observar a *criação de um inimigo* através da mobilização de uma *mitologia política* (GIRARDET, 1986) que apresente um quadro de rejeição e despotencialização do outro enquanto adversário no campo político através de textos de Olavo de Carvalho.

A perspectiva e noção de temporalidade nesse ponto é importante. O que se apresenta é a “denúncia” de um problema ao mesmo tempo que se mobiliza um desejo pela solução deste. Para isso é apresentada uma “narrativa”, ou melhor, uma linguagem em que a realidade se apresenta enquanto uma guerra. Guerra essa que deve ser lutada dentro do campo político através da desqualificação do outro, da despotencialização do outro enquanto agente político. Assim as representatividades e representações que são definidas através destas experiências práticas de linguagem e discurso, poderão ser observadas enquanto momentos de “nós históricos”, de mediação entre a linguagem formal e o debate público.

### **Tipologia de fontes para o estudo da cultura política fascista atual**

Nesta sessão temos como objetivo refletir um pouco sobre as fontes e a metodologias entendidas como adequadas para tratá-las. Já deixamos explícito na introdução que nossas fontes serão compostas de uma tipologia variada e a seguir debatemos um pouco sobre elas.

Consideramos como fonte primária documentos textuais cujo objetivo era sua publicação em caráter formal. Como a realidade da cibercultura e, cada vez mais, o ciberespaço ser o mediador de nossas interações sociais, não é só possível, mas também proposto que cada indivíduo seja produtor de conteúdo, portanto, a definição de fonte formal – textos e publicações que foram feitas formalmente – nos parece adequado e nos auxilia a tentar uma organização do que queremos objetivar.

Obviamente a formalidade de um texto pode ser considerada de modo muito flexível. Entretanto, aqui, neste momento, delimitaremos como fontes formais textos publicados e que possam ser observados o seu autor e sua autenticidade. Livros e artigos em revistas da mídia profissional ou científicos são preferencialmente mais adequados para estabelecermos esses dois critérios, a autoria e a autenticidade. Além disso, blogs e sites que também possam ter sua autenticidade e responsáveis claros, podem se enquadrar.

Nesse sentido podemos trabalhar, portanto, tanto com livros físicos ou com documentos nato-digitais, aqueles que nasceram digitais – como uma revista online, por exemplo. Assim, as fontes escolhidas são de caráter textual e notoriamente conhecidas em sua autoria. Ou seja, são livros, artigos e outros textos que carregam assinaturas que podemos rastrear minimamente.

A preocupação com a autenticidade não é mero capricho. Nessas fontes primárias ela é necessária, pois, é exatamente dela que teremos o objetivo de tirar a produção de linguagem. É destas fontes que virão a forma como a linguagem política se constitui como tal antes de atingir as ruas e o debate público. Nesse sentido, essas fontes também são menos complicadas de se trabalhar. A razão é que, nestas fontes, nós encontramos um pensamento minimamente organizado, diferente do debate público que, por vezes pode se apresentar difuso.

As fontes formais, portanto, não apresentam nenhuma dificuldade inicial para a organização e/ou tratamento. Nesse momento o nosso ponto de partida é o intelectual mediador e astrólogo Olavo de Carvalho. Entendemos, ao menos de início, que nele reside a forma mais concisa de se entender o raciocínio em que se externa a mitologia política da linguagem fascistizante no Brasil. É notável a influência de Carvalho entre a extrema direita no país. Não há dúvidas sobre seu aspecto de “guru”, que inclusive é interessante se olharmos o fascismo enquanto uma espécie de “religião política”<sup>1</sup>. Nossa hipótese inicial é que nele poderemos entender a lógica do raciocínio da linguagem fascistizante. Carvalho é o principal articulador de um entendimento de realidade que serve de álibi da violência contra o inimigo na cultura fascista do Brasil atual. Pensamos, portanto, o fascismo enquanto uma cultura política que está se inserindo nas diversas camadas sociais do país e que abrange várias instâncias de linguagem, mitológica, cultural, econômica, política e etc.

Nos aprofundamos mais na sessão seguinte sobre estas terminologias e categorias utilizadas. Nesse momento estabelecemos que está em Carvalho nossa principal fonte formal. Sendo ele escritor com publicações oficiais, não é difícil comprovar a autenticidade dos seus textos, tão quanto suas posições políticas. Não pretendemos aqui analisar ou fazer uma ficha *prosopográfica* de Carvalho, pontuamos só que observaremos a mitologia conspiracionista desta cultura política fascista a partir dele, da forma como ele organizou as ideias difundindo um tipo de mentalidade, uma linguagem que internaliza num inconsciente coletivo. Na última sessão deste texto, portanto, utilizaremos excertos de Carvalho para ensaiar um empirismo.

---

<sup>1</sup> Sobre isso ver: GENTILE, Emílio. *Fascism as a political religion*. Journal of Contemporary History, Vol. 25, No. 2/3 (May - Jun., 1990), pp. 229-251

## A atual cultura política fascista: a linguagem que fascista

Pois bem, neste momento debateremos com questões teóricas e epistemológicas sobre como podemos fazer o tratamento das fontes e que olhar lançaremos sobre elas. A partir deste objetivo, lançamos mão de algumas hipóteses. Porém, antes de qualquer coisa, pensar isso acarreta diretamente explicitar o que entendemos por *fascismo*, algo que faremos brevemente neste momento. De forma concisa devemos levar em consideração o caráter polissêmico do conceito de fascismo, ou melhor, de fascismos. Fascismo enquanto regime? Enquanto movimento? Enquanto cultura? Enquanto estratégia? Pode-se estabelecer sentido ao termo em diversas frentes.

No nosso caso, daremos mais atenção ao fascismo enquanto cultura, diretamente resultado deste enquanto estratégia política. Podemos elencar diversas categorias que implicam uma explicação do fascismo, ou do mínimo fascista. Neste sentido entendemos ser adequado o raciocínio de Paxton (2007) para demonstrar que o fascismo não se limita à experiência de regimes ou movimentos na primeira metade do século XX, mas que atravessam o tempo, que estão presentes em temporalidades distintas, pois, justamente, servem como estratégia política palpável. Mesmo com estas ressalvas, vale lembrar algumas das características. Se destacam, por exemplo, a questão do líder, do inimigo (ou inimigos), do apelo às massas, do ufanismo nacionalista, apelo as emoções, a estética militarista, a sacralização política e etc. Uma questão devemos pontuar e chamar a atenção: a questão do antiliberalismo. Este é um ponto de debate sobre a determinação ou não destes movimentos de extrema direita atuais como fascistas.

O fascismo histórico era essencialmente antiliberal em seu contexto específico, ao menos no que se apresenta o discurso “oficial” e ao liberalismo clássico. Ele era entendido por seus militantes como uma espécie de sistema defensivo contra preceitos liberais e/ou socialistas. Inclusive, no Brasil, como demonstramos em outro trabalho (ALVES, 2019), o liberalismo era visto pelos integralistas dos anos 1930 como parte do caminho natural para o comunismo. Assim o fascismo, acima de tudo, serve aos interesses de quem o mobiliza, seja intencionalmente ou não – ele é a prática do estabelecimento de um *combate* meta-político.

Apesar desta baliza importante, o que percebemos com o decorrer do tempo é que o fascismo acabou se estabelecendo como antiliberal mais no sentido cultural, dos costumes, do que na questão econômica. A frase repetida diversas vezes por expoentes da extrema direita atual brasileira é explícita: “liberal na economia e conservador nos

costumes”. Olavo de Carvalho, por exemplo, já expressou essa premissa.<sup>2</sup> Isso pode demonstrar a adaptabilidade do fascismo, mesmo sendo em sua gênese uma forma de resistência contra a ascensão de determinados grupos antagônicos que, até aquele momento – início do século XX com os fascismos históricos – não eram hegemônicos.

Não há o propósito de se estender muito sobre esse debate, que é fecundo e complexo. O interesse inicial é demonstrar que o fascismo não é fechado em si mesmo. Sim, entendemos que há um fascismo genérico, nos termos de Paxton (2007, p. 46), que pode apresentar diversas características elencadas por ele ou não. O fascismo é essencialmente adaptável ao momento, ao lugar e às sociabilidades apresentadas nestes recortes. Essa metamorfose é uma característica específica do que Traverso (2021, p.19) chama de pós-fascismo, como um movimento ainda em transição, mas que estabelece “fronteiras cronológicas” (ibidem, p. 20) claras. Por essa razão fazemos o uso da categoria de linguagem fascistizante para delimitar nosso objeto. Sabemos que o debate sobre esta categoria também é fecundo e complexo, realmente gera questões que são importantes. Entretanto, usaremos de forma didática para distinguir o fascismo clássico, histórico, do século XX, do fascismo atual que, como comentamos brevemente, têm suas especificidades principalmente ligadas às condições sociais que a sociedade contemporânea e o tempo presente apresentam.<sup>3</sup>

Essas especificidades passam necessariamente pela *performance* que é apresentada nas sociabilidades atuais, principalmente com a questão do ciberespaço e da questão econômica, essencialmente explícita em defesa de um capitalismo neoliberal ostensivo. Além de que a aproximação de fascistas com liberais não é novidade, nem aqui nas Américas e nem na Europa (sabemos e é notório que o primeiro ministro da economia de Adolf Hitler, Hjalmar Schacht, era um liberal). Outra questão é o inimigo. Como cada temporalidade evidencia uma dinâmica de conflito ideológico e político, em cada recorte, temporal ou espacial em que o fascismo se torna evidente, há também uma especificidade condizente ao interesse prático desses grupos. A questão está necessariamente no embate pelo poder político de definição e pelo estabelecimento da hegemonia da cultura política que interessa ao grupo.

---

<sup>2</sup> Mais sobre essa concepção pode ser encontrado debatido aqui: SILVA, Ivan H. M. *Liberal na economia e conservador nos costumes: Uma totalidade dialética*. Revista brasileira de ciências sociais - vol. 36 nº 107, 2021.

<sup>3</sup> Autores como Copsey (2020) e Bull (2012) escreveram sobre a operacionalidade e historicidade do conceito de neofascismo. Já Traverso (2021) problematiza o conceito de neofascismo, entendendo mais adequado para os movimentos do tempo presente o termo pós-fascismo. Usamos neste texto a categoria de linguagem fascistizante, pois seria mais profícuo estabelecer em outra oportunidade uma análise mais específica dos conceitos utilizados por esses teóricos e suas implicações no Brasil do tempo presente.



Nesse sentido tomamos como referência o debate proposto por Theodor Adorno (2020) acerca dos aspectos desse novo radicalismo de direita, ou proposto aqui, neste texto, de linguagem que fascista. Adorno estabelece reflexões importantes sobre estas questões entendidas como imprescindíveis de salientar. Primeiramente a questão destes movimentos de extrema direita com a economia. Mesmo o fascismo clássico, o fascismo histórico, tendo na base de sua organização um discurso antiliberal, crítico ao capitalismo, o que vemos, quase um século depois, é que as relações entre o capitalismo e o fascismo são bem evidentes.

É importante para este debate trazer reflexões que demonstrem o vínculo entre o fascismo e o capitalismo, de forma que há um sintoma de uma relação “causa e efeito” entre os dois. Não devemos olhar o fascismo como algo aquém da realidade social, algo que está descolado do processo histórico que o capitalismo molda, “não foi um desastre histórico, um acidente de percurso: não surgiu ao acaso”, como Felipe Catalani expõe, a partir das reflexões de Horkheimer (CATALANI in ADORNO, p. 12), o fascismo é “a verdade da sociedade moderna” (HORKHEIMER apud CATALANI in ADORNO, p. 12). Nessa perspectiva o fascismo se apresenta especificamente como um resultado das formas de interação social do capitalismo, a partir das próprias contradições que são intrínsecas ao conceito de democracia liberal.

Cabe, portanto, pontuar que, para Adorno, o fascismo não apresenta causas psicológicas como sua única explicação. Adorno demonstra a importância da análise psicossocial para revelar o processo de fascistação, entretanto, o fascista não apresenta uma psicopatologia diagnosticada como causa do *tornar-se* fascista. Ainda assim, como pontua Catalani, essas análises são “imprescindíveis para a compreensão dos mecanismos da propaganda e da adesão a movimentos fascistas” (ibidem, p. 13).

Obviamente a questão da insatisfação e frustração que aplacava a Europa no entre guerras é evidente. O discurso operado no 3º Reich contra o capitalismo não se apresentou na prática. Apesar das performances dos líderes fascistas, principalmente tratados como loucos e megalomaniacos, a sua lógica se revelava como uma forma de manutenção das relações de exploração do capital. Como bem apontou Marcuse: “A expansão industrial e, com ela, a ordem social baseada nessa expansão poderia ser mantida somente pelo meio de transformação do Estado democrático em um sistema político autoritário” (MARCUSE apud CATALANI in ADORNO, p. 16).

O que se apresenta nesse sentido é que, para garantir a forma que o capitalismo se insere na realidade prática, é necessário que haja uma forte coerção política e cultural que legitime as próprias contradições do capitalismo. Se apresenta uma narrativa que coloca o problema como resultado de uma intervenção estatal na economia, ou falta de liberdade

econômica. A partir disso se apresenta também um resultado; que é a ascensão política de determinado líder que irá resolver este *problema*. Assim, o líder usa da política para despolitizar. “Nos termos de Schmitt, para garantir que a ‘esfera da economia livre’ pudesse funcionar não politicamente, era necessária uma enérgica intervenção política: “O ato de despolitização, é de um modo especialmente intensivo, justamente, um ato político” (CATALANI in ADORNO, p. 21).

Sob a bandeira do tecnicismo, da despolitização, da escolha alternativa em relação aos que fazem “politicagem”, a oposição à intervenção estatal, assume-se como proposta para resolver o descontentamento, justamente, um político. É confuso e incongruente, mas não incompreensível. Neste sentido que Adorno apresenta questões sobre a má psicologização do fascismo. Para Adorno, transformar o fascismo em doença só retira a responsabilidade das formas sociais implicadas pelas relações dentro de sociedades capitalistas, ou seja, combate-se o resultado, o fascismo apresentado objetivamente, mas não destrói aquilo que o forma, na concepção de Adorno, o capitalismo em si.

Mas então o que leva essas pessoas a aderirem aos movimentos fascistas que apresentam em si essas diversas contradições? Além da propaganda altamente psicologizada, o fascismo apresenta uma leitura de mundo específica da realidade prática. Há a insatisfação com a realidade e se apresenta um “horizonte de perspectiva” (KOSELLECK, 2006) onde o futuro vislumbrado é representado por um sentimento de “catástrofe social” do agora (ADORNO, p. 56) e que, para mudar esse futuro, é necessário um salvador que se apresenta contrapondo os “responsáveis” por essa catástrofe futura, ou seja, os inimigos de um futuro próspero, que de forma comum são agentes políticos atuais e antagonizam com o pretense salvador.

Nesse ponto, nossa perspectiva principal do fascismo se apresenta. O fascismo é a negação da alteridade. É a despotencialização do outro. A rejeição da diferença. O fascista se vê como o único possível, ou os únicos possíveis de salvarem a realidade que se deteriora. Essa deterioração tende a ser específica, dependendo do recorte que se apresenta, tanto espacial quanto temporal e, conseqüentemente, resulta também em formas de combate-las especificamente. O esforço é para pontuar que o fascismo não é uma aberração social. Não é uma espécie de alienígena política. Mas sim uma forma real e concreta de embate político que está intrinsecamente ligada a realidade social.

Por isso a crítica de Adorno a “má psicologização” do fascismo. Segundo Adorno trata-los como doentes, ou “os eternos incorrigíveis” só serve para tirar a responsabilidade da ordem social que os cria, a ordem capitalista. Os desejos capitalistas, suas angústias e decepções precisam ser canalizados em algo ou alguém responsável. O capitalismo não é uma entidade que decide o caminho da humanidade como se fosse uma

divindade, entretanto ele produz subjetividades e sociabilidades que controlam a ordem social. Quando essa ordem social entra em colapso, seja o colapso – para os capitalistas, é claro – da redução da desigualdade, da inserção social, da insatisfação popular com a falta desses, o fascismo surge para fixar os resultados deste colapso, transferir a insatisfação para o âmbito de normalidade, de ordem. Há uma sedução por parte da linguagem presente na cultura fascista que isenta de responsabilidade a própria ordem social de ter criado esses problemas.

É nesse sentido que Felix Guattari (1981) apresenta que o capitalismo reproduz formas micropolíticas fascistas para se perpetuar enquanto desejo. O fascismo não deve mais ser visto como uma junção de feixes, uma unidade representativa, mas um rizoma de desejos e subjetividades. O fascismo se apresenta, atualmente, como micropolíticas multiformes, desterritorializadas e rizomáticas.

Não se trata de uma mera questão de orientação ideológica ou estratégica por parte do capitalismo, mas de um processo material fundamental: é pelo fato de as sociedades industriais funcionarem a partir das máquinas semióticas que decodificam, cada vez mais, todas as realidades, todas as territorialidades anteriores; é pelo fato de as máquinas técnicas e sistemas econômicos serem cada vez mais desterritorializados, que estão em condições de liberar fluxos de desejo cada vez maiores; ou, mais exatamente, é pelo fato de seu modo de produção ser forçado a operar esta liberação, que as formas de repressão também são levadas a se molecularizarem. Uma simples repressão maciça, global, cega não é mais suficiente. O capitalismo é obrigado a construir e impor seus próprios modelos de desejo, e é essencial para sua sobrevivência que consiga fazer com que as massas que ele explora os interiorizem. Convém atribuir a cada um: uma infância, uma posição sexual, uma relação com o corpo, com o saber, uma representação do amor, da honestidade, da morte, etc. As relações de produção capitalista não se estabelecem só na escala dos grandes conjuntos sociais; é desde o berço que modelam um certo tipo de indivíduo produtor-consumidor. A molecularização dos processos de repressão e, por consequência, esta perspectiva de uma micropolítica do desejo não estão ligadas a uma evolução de ideias, mas a uma transformação dos processos materiais, a uma desterritorialização de todas as formas de produção, quer se trate da produção social ou da produção desejante. (GUATTARI, 1981, p. 187-188).

Deste modo, entendemos o fascismo como uma forma adjacente do capitalismo. Ele se apresenta como uma fórmula de fixação dos resultados do colapso capitalista. É uma estratégia, intencional ou não, que visa procurar inimigos para problemas que são inexoravelmente subjacentes e intrínsecos às próprias formas de sociabilidade criadas pelo capitalismo. Assim, o argumento de que esse movimento das extremas direitas atuais não pode ser chamado de fascismo, por não ser antiliberal deve ser pensado e repensado. Se o fascismo é justamente a forma como o capitalismo faz a manutenção da sua hegemonia dentro do debate público em momentos de crise, segundo as reflexões anteriores, não seria adequado ao debate rejeitar a hipótese de que os movimentos atuais

das novas direitas se valem deste mecanismo somente pelo fato do fascismo histórico ser – pontuo, no discurso oficial – antiliberal.

A categoria de *cultura política*, neste sentido, nos parece adequada para pensar o fascismo além destas questões mais comuns da historiografia. Não só pelo distanciamento da visão engessada do fascismo enquanto um movimento limitado à Europa da primeira metade do século passado, mas pela possibilidade que essa categoria nos dá de entender o fascismo como uma linguagem política que atravessa o século XX para o XXI e se faz presente, mesmo que em forma de micropolíticas, na atualidade. Além de que podemos nos distanciar deste debate limitado às premissas econômicas que seguem.

Entendemos que esta categoria nos ajuda a entender como se dá a expressão política, a performance fascista atual, pois a cultura serve para externar a política. É a forma de transposição entre o pensamento e a ação, a vivência. Os elementos culturais, neste sentido, levam a ação política. A diferença entre uma ideologia formal e o comportamento político que nos interessa, dentro de nossas hipóteses.

Nosso ponto de partida para a definição de *cultura política* será o trabalho do historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2009) em que, a partir da reflexão dos trabalhos de Jean Françoise Sirinelli e Serj Bernstein (cito os textos presentes em RÉMOND, 1996), apresenta um panorama da operacionalidade deste conceito. Para Motta a cultura política pode ser vista como uma categoria ampla:

[...] um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos futuros (MOTTA, 2009, p. 21).

A categoria de imaginário político, ou seja, a forma como você entende o mundo político, sua interpretação dele, bem como sua identidade política, o modo como você se vê no mundo político revela, a partir destas posições do sujeito, a forma como este indivíduo se contrapõe ao outro apresentando o sentido destas posições através de uma cultura política. As representações que o sujeito cria sobre sua realidade política externa e interna “configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual” (ibidem, p. 21), além, claro, de uma performance política.

Essa *performance* se impõe como uma guerra, como citado anteriormente e, para além, uma *guerra cultural*. Leva-se em conta que uma cultura política deve compartilhar “valores políticos comuns, [...] fruto de vivência social e interesses coletivos” (ibidem, p. 26), mas que essas culturas atraem a adesão de pessoas distintas, sejam essas distinções

de classe ou de ideologia. A noção, portanto, de micropolítica fascista é relevante para entender que o fascismo se apresenta de forma rizomática, descentralizada ao mesmo tempo que busca centralizar. Grupos que podem ser, até mesmo, discordantes em alguma pauta social, econômica ou política, são aglutinados em figuras, linguagens e símbolos semelhantes. Podem ter suas distinções, mas há uma dinâmica de adesão que faz com que esses grupos estejam sob uma regência genérica.

Mesmo grupos que pontuam esclarecidamente sua proposta ideológica, a adesão à cultura fascista não é incompatível às contradições entre outros grupos. Motta (ibidem, p. 27) explica que a ideologia e a cultura política não são necessariamente compatíveis ou incompatíveis e que não se deve “resumir uma à outra”. Vale salientar que a categoria de ideologia tem “duas acepções principais” que nos ajudam a entender a sua relação com a cultura política.

No primeiro caso, ideologia significa falsa consciência e implica o mascaramento da realidade. Trata-se do processo através do qual a classe dominante constrói uma falsa representação da realidade, com que escamoteia sua dominação e garante a obediência dos grupos dominados. Na segunda acepção, ideologia significa um conjunto de ideias que dá forma a determinados projetos políticos e impele a luta pela conquista do poder. (Ibidem, p. 27)

Ao levar em conta estas definições, a ligação entre ideologia e cultura política melhora o debate, torna-o mais complexo. Deste modo podemos entender essa relação a partir de que “a cultura política transcende e vai além da ideologia, ao mobilizar sentimentos (paixões, esperanças, medos) valores (moral, honra, solidariedade), representações (mitos, heróis) e ao evocar a fidelidade a tradições (família, nação, líderes)”. O ponto principal desta reflexão, segundo Motta, é que a adesão a determinada cultura política se dá mais por “valores e tradições” do que pela concordância ideológica (ibidem, p. 28). Isso se torna mais evidente quando pensamos em uma ideologia formalizada e erudita. No fascismo há um problema em definir, como fazemos com o comunismo e Marx, um totem, um símbolo da erudição formal de construção ideológica.

O fascismo, ainda mais hoje, é desterritorializado. E esse desterritorializar territorializa o sujeito. Ao abranger um espectro micropolítico, plural e rizomático, o fascismo se estabelece enquanto si, aglutina em si aspectos comuns no sentido de valores, trazendo para sua égide diferentes indivíduos, cada qual mobilizados dentro de um espectro de sentido. Autores como Roger Griffin (2003) usam a categoria “direita grupuscular” para demonstrar o caráter variável do neofascismo ou da extrema direita atual. Já Enzo Traverso (2021) aposta na categoria de pós-fascismo como uma conceitualização mais específica e distante do neofascismo enquanto um ressurgimento do fascismo histórico. Como exemplifica Sirinelli (in REMOND, 2003, p. 256) “ao menos

até o segundo conflito mundial, a espécie de intelectual de direita, sem dúvida multiforme mas bastante real, era talvez estatística e ideologicamente dominante”, entendemos que nessa constatação pode estar um aspecto dessa complexidade em tratar um conceito único para o presente.

Isso parece contraditório, entretanto, quando observamos a guerra cultural travada pelos fascistas atuais no Brasil, podemos entender como esta máquina de criar desejos opera.

O ponto essencial é que determinados grupos tenham, os representantes do processo de fascitização brasileiros explicitamente, uma noção de identidade cultural muito estrita. Há uma concepção propagada por esses grupos, notoriamente exemplificada pelos discursos bolsonaristas, por exemplo, de que todo brasileiro é cristão, conservador, dos bons costumes - o cidadão de bem, que dispensa citações diretas. É presente no slogan presidencial e também parte da Ação Integralista Brasileira – Deus, pátria, família e liberdade.<sup>4</sup> Assim, tudo que vá contra essa visão do padrão essencial, será considerado como uma ameaça que põe o indivíduo em um conflito que clama por uma defesa direta dos valores ocidentais cristãos. Isso resulta diretamente na criação de um inimigo e, neste sentido, que a categoria de mitologia política trabalhada por Raoul Girardet (1986) nos parece adequada para o debate a seguir.

Como colocado por Motta (2009, p. 21) a cultura política implica em uma leitura comum do passado por esses indivíduos. Isso nos leva a entender que todas essas pessoas precisam ler o mundo através do mesmo espectro, não só ideológico, mas também histórico. Essa é uma questão crucial no fascismo. É necessária a criação de uma história, um passado, para que haja um universo compartilhado por esses indivíduos. Essa leitura do passado e também da realidade prática necessita estar de acordo entre os indivíduos. Assim persegue-se forjar, fazendo alusão ao trabalho sobre Gustavo Barroso de Roney Cytrynowicz (1992), uma *mito-história política do Brasil* em que um determinado grupo é culpado pela destruição moral, política, social, econômica, etc. Sendo assim, eleva-se um grupo que se reveste de salvador desta destruição, que irá reconstruir das cinzas a realidade. Para os fascismos, no caso, é produzida uma mito-história do tempo presente, se entendermos a história do tempo presente não como uma escala móvel que se dirige ao futuro, sim um problema histórico expresso no presente mas com fundamentação no passado.

---

<sup>4</sup>BRASIL é um país cristão e conservador, e tem na família a sua base’, diz Bolsonaro. *Jornal da Globo News*, 22 de set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-globonews-edicao-das-10/video/brasil-e-um-pais-cristao-e-conservador-e-tem-na-familia-a-sua-base-diz-bolsonaro-8876242.ghml> Acesso em 28 de set. 2022

Cabe, portanto, aprofundar esse debate que se encontra em Girardet. Segundo o autor existem conjuntos estruturais que vão delimitar uma mitologia política e que, no seu caso, quatro se destacam: a *conspiração*, a *idade do ouro*, o *salvador* e a *unidade*. Para nós, um desses quatro conjuntos é suficiente para elucidar, ao menos de início, como se dá a lógica da guerra cultural forjada pelo neofascismo brasileiro, o do mito conspiratório. Dentro desses limites podemos esclarecer a organização, ou melhor, a função organizativa que a mito-história se coloca. Há um discurso interessante em que se apresenta uma linguagem através de atos de fala que expressam no termo “narrativa” a forma que a linguagem fascizante se coloca em contraposição ao outro – “isso que você diz não passa de uma narrativa”, dizem os interlocutores recorrentemente. É interessante, pois, é comum no debate político atual a utilização e a defesa de questões como democracia e liberdade, justamente para atacar a democracia e a liberdade.

Essas contradições, esses paradoxos semânticos e conceituais, ficam claros em manifestações de rua onde interlocutores e mediadores se colocam em atos de fala para expressar em *performance* seu imaginário e sua identidade política. As manifestações de rua, talvez, possam ser lidas como uma das mais visuais formas de se expressar determinada cultura política, além de que a semiótica presente nestas *performances* e discursos estão carregadas do caldo cultural forjados na identidade específica da cultura fascista atual. Pensamos aqui o discurso enquanto ação, por isso a utilização do termo “atos de fala”, usado por John Pocock (2003) através de uma aproximação entre a linguística e a história, em que o termo representa a ação da fala a partir de uma linguagem, ou seja, “elocuições atuantes sobre aqueles que as ouvem, e até mesmo sobre aqueles que as enunciam” (POCOCK, 2003, p. 24). A linguagem, nesse caso se apresenta como a estrutura linguística que proporciona determinados atos de fala. O uso do termo narrativa pela linguagem fascizante, visto como exemplo anteriormente, se reveste, neste sentido, de um ato de fala dentro de uma linguagem específica.

Há a forja de uma “novilíngua”, um “socioleto” que apresenta respostas prontas, muitas vezes reproduzidas simetricamente pelos atores políticos. Quando um historiador faz uma análise qualquer sobre qualquer tema que não seja do agrado, ou não esteja conforme aos interesses da linguagem fascista, é objetivamente descartado como uma “narrativa”, uma opinião. Obviamente o debate dentro da historiografia e a revisão ética e responsável de trabalhos historiográficos são importantes. Porém, o que é apresentado nesse contexto é que aquilo que vá contra o interesse destes grupos é descartado sumariamente. Isto se apresenta na própria linguagem, nos próprios atos de fala e discursos. É um universo próprio, fechado em si, que não possibilita outra interpretação

do passado ou do presente, nem vislumbrar um futuro que seja diferente do estabelecido por esse mito história.

Por essa razão a reflexão de Girardet é importante. Primeiro pela questão da conspiração. O mito da conspiração exerce um papel primordial para o estabelecimento da linguagem fascista no Brasil. Nosso entendimento é de que ele se estabelece enquanto o tecido histórico e interpretativo da historicidade, ou seja, a partir da conspiração é que a linguagem do fascismo cria seu próprio “regime de historicidade” (HARTOG, 2011, p. 28-29), em que ele dá sentido a experiência política passada e presente da sociedade, assim podendo projetar um “horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006) do que é objetivado para o futuro.

A conspiração, segundo Girardet (1986), pode ser operacionalizada a partir de algumas estratégias. Primeiramente a ideia de complô. A ideia de complô “impõe-se em primeiro lugar a imagem, temível e temida da Organização” (ibidem, p. 34). Há, portanto, a revelação da existência de uma organização que, a partir de um conluio intencional entre seus participantes, compartilham do desejo em criar uma estratégia política para atingir um resultado pré estabelecido. Esse conluio reflete que esses cúmplices estão “ligados entre si pelo juramento do silêncio” (idem). O resultado é que exista assim uma rede de segredos que implicam em perigos para aqueles que tentem revelar o complô. Segundo Girardet, “o segredo constitui a primeira das características” da Organização. (idem)

A Organização produz também uma hierarquia, onde, no topo da pirâmide encontra-se “uma autoridade soberana definida ao mesmo tempo como implacável e invisível” (ibidem, p. 35). Essa autoridade simbólica da organização “persegue, com efeito, um mesmo e prodigioso desígnio: a dominação do mundo” (ibidem, p. 34). Para Girardet o plano final do complô, ou por aqueles que controlam seus fios, presente no mito conspiratório é “responder a uma inextinguível vontade de poder e de retomar o sonho eterno da edificação de um império em escala universal, da unificação do globo sob uma única e total autoridade” (ibidem, p. 34).

Nesse raciocínio, essas pessoas, esses agentes políticos necessitam de um total controle sobre toda e qualquer forma de informação, passando pela sua clivagem o que deve ou não ser vinculado nas mais diversas esferas da comunicação. Assim os meios de informação e de divulgação de conhecimento aparecem como controlados por essa força. Há uma manipulação secreta em tudo que a sociedade consome, levando a nos estabelecer enquanto sujeitos dominados também intelectualmente e psicologicamente pela Organização.

Resta, segundo Girardet, uma última estratégia, a da corrupção. A corrupção é algo intrínseco aos homens do complô. É através dela que eles coagem, manipulam, silenciam



e criam segredos sobre seu “prodigioso desígnio”. A corrupção, nesse sentido, extrapola questões legais e atinge o “aviltamento dos costumes, da desagregação sistemática das tradições sociais e dos valores morais” (ibidem, p. 40). É a corrupção da alma, é se entregar às trevas morais da sociedade. Isso revela que os homens do complô são aqueles que estão no subterrâneo moral da sociedade. Neste momento a questão implica um caráter subjetivo que tem forte apelo cultural. Uma sacralização da política.

A angústia de estar sendo dominado pelas trevas é algo latente na conspiração. Dentro da linguagem e do imaginário da atual cultura fascista brasileira essa questão se apresenta recorrentemente. É a forma que esses homens da conspiração são apresentados dentro da sociedade, como homens das sombras, do submundo, degenerados, bandidos, bêbados, estes que fogem da normalidade social. Este raciocínio não vê problema em evocar pavores ancestrais da humanidade, de desempenhar o mesmo papel que a mitologia religiosa provoca. A denúncia do espírito maligno e das trevas, desenvolvendo um processo demonização deste homem do complô. Assim, esse raciocínio aparece como o “embate entre os filhos da luz contra os poderes das trevas. (ibidem, p. 49)

A semente que produz a angústia pelo salvador contra o complô está plantada. O raciocínio está feito. Nosso papel, enquanto historiadores, não é apresentar um julgamento em que digamos que a forma de raciocínio do fascismo é incorreta. Não nos importa neste momento. Importa entendermos que a lógica do mito conspiratório funciona como uma forma de interpretação do mundo pela cultura fascista.

Paradoxalmente, o mito do complô tende, assim, a preencher uma função social de importância não negligenciável, e que é da ordem da explicação. Explicação tanto mais convincente quanto se pretende total e de exemplar clareza: todos os fatos, qualquer que seja a ordem que pertençam, acham-se reduzidos, por uma lógica aparentemente inflexível, a uma mesma e única causalidade, uma só vez elementar e todo poderosa. Em outras palavras, tudo se passa como se uma chave interpretativa se encontrasse estabelecida e na qual viesse inserido o conjunto de acontecimento do tempo presente, aí compreendidos, com certeza, os mais desconcertantes e os mais angustiantes. Por isso mesmo o desconhecido infinitamente temível das questões sem resposta cede diante de um sistema organizado de evidências novas. O destino volta a ficar inteligível, uma certa forma de racionalidade, ou pelo menos de coerência, tende a restabelecer-se no curso desconcertante das coisas (ibidem, p. 55).

O sujeito impactado por essa construção se vê logo dentro de um delírio paranoico coletivo, que por vezes podem ser contraditórios entre si, mas que compartilham ao menos a inquietação por esta salvação. Essa salvação só acontece de uma forma simples: combater o mal com as próprias armas de que ele se serve. Isso implica direcionar à um salvador como símbolo da inversão de lógica da sociedade, como o mito conspiratório apresenta.

Esse sujeito, no entanto, está no centro de uma articulação em que pese a sua formação enquanto indivíduo. O mito conspiratório trabalha nesta esfera, pois, ele busca arregimentar o indivíduo transformando-o em também agente político ativo, em um intelectual mediador que angarie corpos e mentes para a cultura fascista. Essa transição entre a sujeição e a agência se dá a partir de um processo que pode ser explicado através da categoria de interpelação ideológica de Althusser (1970).

Como explicamos anteriormente, entendemos o fascismo enquanto a negação da alteridade, a rejeição do outro enquanto indivíduo e enquanto grupo. A negação da alteridade implica na negação de qualquer outra cultura que não seja a fascista, isso pensando o seu objetivo final, “sua inextinguível vontade de poder”. O mito conspiratório, assim, surge para identificar esse outro. Isso resulta em níveis de rejeição, pois, as relações sociais dentro do campo político tendem a ser complexas, por vezes contraditórias.

Nem todos vistos como responsáveis pelo complô, os responsáveis pela Organização, são inimigos. A definição, suscita apresentar, uma lógica contrária. Os inimigos políticos do campo de luta política partidária tradicional, formal, são apontados como partícipes do complô. É uma lógica que se retroalimenta. Em resumo, é sempre o outro, em perspectiva da cultura fascista, o partícipe. Até pode ser apontado um “traidor”, o que “sempre esteve infiltrado”, o que se apresenta é a noção de culpa a este “responsável”. O mito da conspiração sugere rostos que se revestem de culpa.

O mito, assim, serve como um *álibi* (GAY, 1995, p. 43) para a violência, tanto simbólica quanto física, contra esses acusados. Isso não é uma questão exclusiva da cultura fascista. O *álibi* é encontrado, segundo Gay, em toda cultura, todo século, toda classe. É algo que faz parte da identidade primordial da humanidade, a criação de *álibis* para a agressão. No caso da política, o *álibi* cai perfeitamente em uso para a despotencialização do outro e, por vezes, justifica até mesmo violência física. O mito conspiratório, ao instituir culpados de um complô, se reveste explicitamente de *álibi*. Isso faz parte de um processo complexo.

O indivíduo, ao aderir a cultura fascista, em seu processo de sujeição para intelectual mediador, precisa estar inserido em diversas categorias que permeiam qualquer cultura política. A mitologia política obviamente é uma delas. Por essa razão frisá-la, pois, é nela que reside o mito da conspiração, como já apresentado. Esse mito, tendo como função a prática de construção do inimigo, serve, assim, como o *álibi* da ação política. Quando o indivíduo entendeu e se inseriu na mitologia política – como forma de entendimento da realidade presente, do passado e de uma expectativa futura –, resultando em seu estabelecimento dentro da cultura fascista, sendo, portanto, um intelectual mediador, o que ele apresenta como *álibi* de suas ações, de sua militância, de sua

performance política é, justamente, o mito conspiratório. A linguagem que este indivíduo apresenta, os atos de fala que ele profere, seus referenciais para entender a realidade prática, o imaginário e a identidade política que ele apresenta, podem ser observados através do mito conspiratório que ele compartilha da cultura fascista.

Cabe tentar esmiuçar um pouco mais esse processo que está entre a sujeição e ação. O processo que transforma o indivíduo de passivo para agente. É quando esse indivíduo age como intelectual mediador do mito da conspiração. O indivíduo passa a ser também um alguém que também media o mito para o debate público. Esse processo encontra na categoria de interpelação ideológica um modo de conseguirmos entender como se dá essa questão. Pois o indivíduo, a partir deste momento também interpela, ou fomenta interpelações de outros indivíduos.

Althusser expressa que a “ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”, pois a “categoria de sujeito só é constituída de toda a ideologia, na medida em que toa a ideologia tem por função (que a define) constituir os indivíduos concretos em sujeitos.” (ALTHUSSER, 1970, p. 93-94). O objetivo é observar o mecanismo de como se dá o reconhecimento enquanto fascista, mesmo que inconscientemente. É entender como a ideologia e a cultura política, através do mito da conspiração presente na linguagem fascista, “transforma o indivíduo em sujeito”, se estabelece de tal forma que “recruta sujeitos entre os indivíduos”. O processo de interpelação é exemplarmente o processo que fascista o indivíduo a ponto de torná-lo um intelectual mediador. Ele o insere na cultura fascista. A interpelação, portanto, não deve ser vista como evento, segundo Butler (2017, p. 92), mas sim como um processo de chamado em que o indivíduo se coloca como escolhido. A interpelação é sempre visada em um sujeito concreto, em que as funções de entendimento já se fazem presentes.

### **Ensaio de observação do mito conspiratório em Olavo de Carvalho**

Trazemos como exemplo para a análise um extrato de fonte documental, o segundo capítulo do livro “A nova era da revolução cultural: Fritjof Capra & Antônio Gramsci” (1998) intitulado “Sto. Antônio Gramsci e a salvação do Brasil”, bem como outro texto mais recente presente na obra “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” (2013), intitulado “Globalismo”.

Mesmo identificando o caráter volumoso das fontes, para observamos micropolíticas fascistas, um micro clima cultural que possa nos dar um ponto de partida é suficiente para nesse momento perseguir alguns sintomas. Explicamos anteriormente, neste mesmo texto, que observar o mito da conspiração, a partir das premissas de Raoul Girardet (1981), resulta na observação de algumas estratégias de linguagem estruturantes

do mesmo. Essas estratégias nos aparecem como uma mito-história, um modo de raciocinar o mundo político, o imaginário do indivíduo em relação a sua própria realidade política, sua interpretação do mesmo e sua inquietação em relação a tal.

Essa interpretação do mundo segue a estrutura mítica-histórica criada como a base, como o tecido que estabelece o sentido para o entendimento de si enquanto sujeito *no* político. Isso acarreta no raciocínio em que micropolíticas definem-se em categorias estruturantes do mito da conspiração. Aparecem, portanto, a noção de *complô*, a *organização* que, supostamente, controlaria esse *complô*, acarretando o estabelecimento de um pacto de *segredo* onde os indivíduos partícipes desta *organização* aceitaram seguir. Esses indivíduos, assim, se definem na *organização* de forma hierárquica. Essa *hierarquia*, portanto, demonstraria que há uma estratificação de interesses, onde o desígnio deste *líder oculto* ou *líderes*, é repassado para as camadas inferiores. Desta forma haveria, portanto, um *controle das informações e a manipulação do conhecimento* como forma de banir a sociedade da verdade, que é a conspiração de que existem “homens da sombra” que controlam as informações e fazem uma espécie de lavagem cerebral tornando os indivíduos comunistas.

Esses homens perseguem, nesse sentido, um objetivo, que é o *exercer poder*. São os homens das trevas, os homens corruptos, os degenerados e manipuladores, dentro desse raciocínio. Assim se estabelece a luta do bem contra o mal. Da luz contra as trevas. Da verdade contra a mentira. E essa luta dispõe de qualquer ação necessária, mesmo que violenta. Esses pontos remetem à luta primordial do dia contra a noite, algo comum nas cosmologias ocidentais – o céu e o inferno. Olavo de Carvalho se insere dentro desse quadro, se coloca como ponto de sustentação de resistência da sociedade cristã ocidental frente ao colapso espiritual. Busca em um passado algo que está inexistente no presente, algo que foi perdido. É uma catástrofe do presente, o universo em decadência que o faz tomar essa posição de resistência e defesa dos valores ocidentais.

Olavo de Carvalho vê essa decadência a partir da chamada “revolução cultural” – ou a “revolução psicológica” – que teria como estrategista Antônio Gramsci. Segundo Carvalho: “Gramsci concebeu uma dessas ideias engenhosas, que só ocorrem aos homens de ação quando a impossibilidade de agir os compele a meditações profundas: amestrar o povo para o socialismo antes de fazer a revolução” (1998, p.83). A alcunha de estrategista se reflete, a partir disso, como o pensador do *complô*. Mesmo que não seja Gramsci o articulador direto do *complô* atual, obviamente por já ter falecido, Carvalho vê nele o pilar que estabelece a lógica seguida pela *organização*. Como toda construção ideológica, a lógica não cessa de conduzir um processo. O raciocínio de Carvalho atravessa as décadas chegando no fatídico 2013 muito mais direto ao grande público, diluído em outras obras de

maneira mais simplista, porém com o mesmo sentido. Carvalho coloca que o propósito de Gramsci nessa lógica é:

Fazer com que todos pensassem, sentissem e agissem como membros de um Estado comunista enquanto ainda vivendo num quadro externo capitalista. Assim, quando viesse o comunismo, as resistências possíveis já estariam neutralizadas de antemão e todo mundo aceitaria o novo regime com a maior naturalidade. (Ibidem, p. 83-84)

Nesse raciocínio, seria a partir desta estratégia que haveria uma transformação de mentalidade antes que houvesse a revolução política burocrática em si. Carvalho faz uma comparação com a revolução de 1917 perpetrada por Lenin e os bolcheviques para contrapor as diferenças entre as revoluções. Segundo Carvalho, a revolução de Lenin tende a retirar a ação comum do povo, ou do proletariado, que seria condicionado pela a força a viver em um regime socialista. Já em Gramsci a população se sentira à priori participe, agente da revolução, justamente por existir uma estratégia de introjeção de ideias socialistas na sociedade de forma “obscura” e velada antes mesmo da revolução “oficial” acontecer. Para Carvalho, a despeito do mau vocabulário, “A revolução gramsciana está para a revolução leninista assim como a sedução está para o estupro” (ibidem p. 84).

Esse complô que seduz continua a ser utilizado mais de 20 anos depois, segundo ele. Apesar da construção retórica de Carvalho ter se modificado, talvez esteja menos “sofisticada”, porém, como os mesmos sofismas, o sentido da construção linguística permanece. Gramsci continua sendo o principal representante, entretanto, Carvalho foca no que chama de “Globalismo” para argumentar e fomentar as mesmas sensações que fazia na década de 1990. Este “Globalismo”, para o autor, é um tipo de revolução que teria como objetivo “a implantação do governo mundial que hoje se desenrola ante os olhos cegos das massas atônitas”. (CARVALHO, 2013, p. 147-148.)

O complô, portanto, seria estruturado através desta *sedução* proposta por Gramsci, que é perpetuada através do controle de informações e da formação educacional do indivíduo e perpetuado por essas forças “globalistas” nos dias atuais. Carvalho pontua que a questão da educação levaria a um consentimento através da “força do hábito”, onde não haveria espaço para contradição, sendo que os indivíduos estariam inseridos dentro um raciocínio imposto estrategicamente. Essa imposição, portanto, implica uma organização tática de introjeção e internalização de determinados preceitos que, para Carvalho, visam destruir os pilares ocidentais através de um projeto.

Que o globalismo é um processo revolucionário, não há como negar. E é o processo mais vasto e ambicioso de todos. Abrange a mutação radical não só das estruturas de poder, mas da sociedade, da educação, da moral, e até das reações mais íntimas da alma humana. É um projeto civilizacional completo e sua demanda de poder é a mais alta e voraz que já se viu. (Ibidem, p. 150)

É complexo direcionar explicitamente quem faz parte desta *organização globalista*. Carvalho não se mostra como revelador deste segredo de forma incisiva até mesmo pela razão de que o caráter “subliminar” destas pessoas, destes agentes políticos, é adequado para que haja uma determinada flexibilização de quem pode constituir esse grupo. Ao tornar esse grupo de pessoas um segredo, que só os que participam conhecem, proporciona-se que haja mutações e transposições de quem faz parte, adaptando a realidade prática com os interesses práticos do conflito político pela hegemonia da cultura. Ou seja, dependendo do interesse, determinado grupo pode ou não fazer parte da organização. O caráter subliminar propicia isso. Ainda assim, o que existe de explícito nessas concepções é que bilionários, como George Soros, financiam diretamente esse tipo de educação. Carvalho deixa claro em outro texto de 2006<sup>5</sup> que “George Soros não é o espertalhão maligno que se diz”, mas que seria manipulado por essas forças que ele não explicita quem são.

Apesar desta questão, Carvalho ensaiou alguns responsáveis pela articulação do complô gramsciano no Brasil, dentro desse seu raciocínio. Em um determinado momento do texto ele explica que já “vinha falando desde 1987 sobre o gramscismo petista” (ibidem, p. 126) e não teve repercussão dentre os meios de informação profissional. Isso continua nos seus textos mais recentes compilados no “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”. Ao exemplo de que, para ele, há uma “concentração exclusiva nos males do petismo, do MST e similares”. (CARVALHO, 2013, p. 149).

Indiferentemente do apontamento de um responsável ou participe da Organização, a noção que implica um controle dos meios de informação por parte do complô também se evidencia. Carvalho enfatiza que, para Gramsci, “vale menos um orador, um agitador notório, do que um jornalista discreto que, sem tomar posição explícita, vá delicadamente mudando o teor do noticiário” (CARVALHO, 1998, p. 94) e, além disso, o caráter flexível de quem pode ser agente da organização também resulta em uma falta de definição concreta. Isso não o impede de expressar questões como a afirmação:

A progressiva concentração dos meios de comunicação nas mãos de um reduzido número de grandes grupos econômicos íntimos do poder estatal, associada à tomada das redações por uma nova geração de jornalistas ideologicamente

---

<sup>5</sup> CARVALHO, Olavo. Uma dica sobre George Soros. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 116, n. 180 p. 11, 5 de out. 2006. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/uma-dica-sobre-george-soros/> Acesso em 28 de set. 2022.

comprometidos, transformou jornais, revistas e canais de TV, de veículos de informação e debate, em agências de engenharia comportamental e controle político. A censura de notícias inconvenientes, a exclusão das opiniões divergentes, a promoção descarada dos ídolos da esquerda, a militância sistemática em favor dos objetivos propugnados pela revolução globalista tornaram-se quase que normas de redação, cinicamente impostas por toda parte como a expressão pura do jornalismo mais neutro e objetivo. (CARVALHO, 2013, p. 151).

Ele discorreu semelhantemente na década de 1990 sobre:

Jornalistas, cineastas, músicos, psicólogos, pedagogos infantis e conselheiros familiares representam uma tropa de elite do exército gramsciano. Sua atuação informal penetra fundo nas consciências, sem nenhum intuito político declarado, e deixa nelas as marcas de novos sentimentos, de novas reações, de novas atitudes morais que, no momento propício, se integrarão harmoniosamente na hegemonia comunista. (CARVALHO, 1998, p. 94)

Todos os indivíduos que podem exercer uma ação cultural, nessa perspectiva, são potenciais partícipes da organização, ou “a tropa de elite de Gramsci”. É como se uma infinidade de pessoas fosse cooptadas a reproduzir a lógica de Gramsci. O que, sem nenhuma dúvida, não encontra respaldo na realidade, principalmente quando se trata do, por ele chamado, “petismo”. Mesmo com essas contradições, Carvalho se põe a afirmar que

O sr. Luiz Inácio da Silva foi posto no poder com o apoio da rede global de partidos e organizações tecida em torno da ONU. Essa rede constitui o núcleo do governo mundial em avançada fase de implantação. (CARVALHO, 2013, p. 154)

Não é nada absurdo afirmar que a mídia e as instituições de comunicação de massa no Brasil fizeram abertamente uma campanha contra os governos petistas, portanto, afirmar que a mídia se posiciona enquanto um agente da instauração de uma revolução psicológica a favor de um “gramscismo petista” chega a ser fantasioso. Mas não nos interessa se isso é verdade ou mentira, apesar destas proporções serem interessantes de se pensar.

Essa relação entre verdade e mentira é sintomática para a construção do mito, por exemplo. Segundo Carvalho, Gramsci buscava extinguir a noção de verdade, enfatizando que não haveria uma verdade, mas diversas verdades. É comum na historiografia o debate sobre verdades absolutas. Convencionamos, de certo modo, a tratar assuntos pertinentes ao campo historiográfico após extensos debates como consenso acadêmico. Obviamente nenhum tipo de leitura historiográfica é isenta de reflexões, entretanto, isso exige uma certa ética e rigorosa reflexão teórica e metodológica honestas. Para Carvalho isso pouco parece importar. Segundo ele, “Gramsci exige que toda atividade cultural e científica se

reduza à mera propaganda política, mais ou menos disfarçada” (CARVALHO, 1998, p. 98), nada além disso. E que, mais ainda, “o sonho de Antônio Gramsci, o ‘poder onipresente e invisível’ já é uma realidade em todo o mundo ocidental”. (CARVALHO, 2013, p. 152)

É uma forma de raciocínio que se demonstra fechada em si, que não se propõe a debate. Ela pressupõe, antes de qualquer coisa, que existam cientistas, intelectuais, formadores de opinião que estejam conscientemente manipulando a verdade a fins ideológicos. Essas supostas pessoas seriam, portanto, representantes da corrupção da informação. Estariam a serviço de escusos interesses ideológicos, o desígnio final, instauração do comunismo em face a destruição do ocidente. Essa destruição é feita, portanto, segundo Carvalho;

[...] pela sua submissão integral a um apelo de ação prática; ação que, realizada, resultará em varrer a inteligência da face da Terra, por supressão das condições que possibilitam o seu exercício: a autonomia da inteligência individual e a fé na busca da verdade. (CARVALHO, 1998, p. 98-99)

Esses pontos nos interessam: “a autonomia da inteligência e a fé na busca pela verdade”. Para Carvalho só existe uma verdade, a verdade centrada dentro da cultura ocidental cristã. Esse seria o pilar que sustenta toda cosmologia de interpretação da realidade que ele considera “correta”. Para Carvalho a deturpação desses pilares ocidentais é que resultam na destruição da sociedade. A fé em uma verdade finita, única aceitável, é o que moveria a sociedade de bem na sua caminhada. Nesse sentido, sacralizando uma determinada cultura social, o indivíduo é condicionado a participar de uma guerra contra o mal, onde o bem é representado pela verdade, e o mal pela mentira, a manipulação e a corrupção.

Carvalho expressa que a única filosofia possível é a filosofia ocidental oriunda da Grécia. Nada além da construção escolástica grega é bem vista. Ele cita que “o fundo comum de onde emergem o positivismo, o marxismo e o neotomismo é a dissolução do racionalismo clássico” (ibidem, p. 105). Neste sentido é inexorável ao pensamento ocidental o advento da filosofia grega clássica. É a partir disso que Carvalho se vê como um cavaleiro em luta contra a destruição dos pilares da civilização ocidental. Como se a pluralidade de pensamentos fosse ofensiva ao determinismo que, para ele, é essencial para a sobrevivência do que ele entende por cultura ocidental. Ela é única e finita e toda e qualquer crítica é vista como ofensa.

Carvalho externa, pensando na realidade brasileira, que o Brasil é um país que não passou pelo entendimento da filosofia clássica que determina a verdade teleológica da civilização ocidental. Deste modo, para ele, “nosso contato com as fontes filosóficas da



civilização do Ocidente continuou superficial, ao passo que nos entregávamos de corpo e alma às retóricas coletivistas” (ibidem, p. 106). Carvalho determina, pensando essa dominação comunista na academia, que isso é resultado de uma intelectualidade no Brasil “fundamente predisposta ao apelo gramsciano, onde a vida intelectual deixa de ser o esforço solitário de quem *cherche en gémissant*, para tornar-se a participação num sentido da vida” (ibidem, p. 107).

Esse é o raciocínio de Olavo de Carvalho, a criação de um inimigo prático, evidentemente comum na cultura fascista. “Todos os homens de esquerda neste país o fazem (seguir as ideias de Gramsci) há uma década, sem se dar conta” (ibidem, p. 115). Além disso Carvalho tem uma visão de que o Brasil é incapaz de entender algo racionalmente, expressando que “somente aqui” uma doutrina como de Gramsci poderia progredir. Olavo de Carvalho se coloca como um messias que vem trazer a verdade da dominação comunista no Brasil e, sendo essa a realidade, todos os “homens de bem” estariam convocados a combater essa catástrofe.

## Conclusão

Buscamos neste texto apresentar alguns argumentos sobre como o pensamento de Olavo de Carvalho transgride o tempo e chega ao tempo presente como uma forma de raciocínio que faz parte da estruturação de uma cultura política fascista, utilizando-se de uma linguagem fascistizante presente na criação de um inimigo através de um mito conspiratório.

Carvalho, como todo formador de opinião, não constrói seus argumentos da noite para o dia. Há um processo em que determinados argumentos vão amadurecendo, mesmo sem perder o sentido original, chegando aos dias atuais. Esse processo já foi analisado extensivamente por alguns pesquisadores<sup>6</sup> e não foi nosso objetivo direto. Buscamos argumentar, através da linha de raciocínio de Carvalho, como determinadas premissas se estabeleceram na cultura política atual a fim de resultar em uma política do “nós contra eles”.

A base dessa política representa a negação da alteridade, que é, no nosso entendimento, o princípio estruturante de um processo de fascistização. Nesse sentido, há a construção, não só de uma “narrativa”, mas de uma linguagem que estabelece parâmetros argumentativos a partir de um mito conspiratório. A estruturação dessas

---

<sup>6</sup> Nesse sentido sugerimos as pesquisas de Lucas Patschiki (2012) e Marcus M. V. F. da S. Oliveira (2019).

formas cognitivas de percepção da realidade cria personagens que definem as ações políticas dentro do campo. Nessa concepção os adversários deixam de existir e se transformam em inimigos.

Esse é o principal ponto que devemos concluir. Através do mito da conspiração criam-se inimigos políticos. Esses inimigos, dentro da concepção de guerra cultural, não devem existir. Portanto fala-se em “metralhar a petralhada”<sup>7</sup> e, para além, violências físicas, ameaças e até assassinatos estão ocorrendo com certa regularidade.<sup>8</sup>

Portanto, podemos afirmar que a construção desse mito está elevando a violência política no país e resultando nas ações mais violentas desde a ditadura militar. Isso não aconteceu por acaso. É parte de um projeto que não começou agora e muito menos em 2013. Esse processo vem se estruturando na sociedade há mais tempo. É fundamental na história do tempo presente não tratá-la como um mero recorte temporal que adianta a linha do tempo sempre que o tempo corre. A história do tempo presente se faz enquanto método, relacionando questões passadas que não passaram e ainda reverberam sintomaticamente no presente.

O bolso-fascismo, por exemplo, não é finito em si. Muito menos acabará após as eleições de 2022. Ele é reflexo diretamente de uma cultura conservadora, reacionária e fascista do Brasil, fundamentada, principalmente no anti-socialismo e no ultraliberalismo. Essas questões se evidenciam, pois, apresentam uma forma prática de combater determinados inimigos políticos com a fundamental observância de tê-los fora do debate público. É desqualificá-los enquanto indivíduos, enquanto pessoas.

Olavo de Carvalho não inventou o anti-socialismo no Brasil, mas estabeleceu uma certa forma de “intelligentsia” em que mediou intelectualmente interesses de determinados grupos políticos do país, intencionalmente ou não, como forma de estratégia premeditada ou não, para o debate público. O ciberespaço se tornou o catalizador e propagador desse raciocínio. Por mais que Carvalho estivesse há anos escrevendo nos “jornalões” do Brasil, foi na internet o seu maior trunfo.

---

<sup>7</sup> BONIN, Robson. Em 2018, Bolsonaro defendeu ‘fuzilar a petralhada’, *Portal Veja*, 10 de jul. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-2018-bolsonaro-defendeu-fuzilar-a-petralhada/> Acesso em 28 de set. 2022.

<sup>8</sup> CRIMES de ódio e intolerância política entram para a história da eleição mais violenta do pós-ditadura no Brasil, *Portal Uol*, 27 de set. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/09/27/crimes-de-odio-e-intolerancia-politica-entram-para-a-historia-da-eleicao-mais-violenta-do-pos-ditadura-no-brasil.htm> Acesso em 28 de set. 2022. MUNIZ, Marise. CE: Apoiador de Bolsonaro invade bar, pergunta quem é eleitor de lula e mata. *Portal CUT*, 26 de set. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/ce-apoiador-de-bolsonaro-invade-bar-pergunta-quem-e-eleitor-de-lula-e-mata-f61e>. Acesso em 28 de set. 2022. FERNANDES, Rodrigo. Deputado petista diz ter sido alvo de atentado a tiros de bolsonarista; veja o que se sabe. *Jornal do Commercio Online*, 26 de set. 2022. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/jamildo/2022/09/15087038-deputado-petista-diz-ter-sido-alvo-de-atentado-a-tiros-de-bolsonarista-veja-o-que-se-sabe.html> Acesso em: 28 de set. 2022.

Finalizamos com um alerta. Isso não vai passar em 2022. Mesmo após a morte de Carvalho temos claro que essa cultura está se enraizando em parte da sociedade. Não vivemos em um regime fascista esclarecido, nem ao menos temos uma concreta perspectiva que isso aconteça no presente. Mas alertamos que devemos estar prontos e atentos para observar de forma densa e crítica a fundamental formação estruturante de uma linguagem fascistizante no Brasil do tempo presente.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora UNESP, 2020.
- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Revista do corpo discente da UFRGS*. v. 3, n. 8, p. 9 – 30, Jan. /Jun. 2011.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Martins Fontes, 1970.
- ALVES, Luiz Fellipe. *Elites e integralistas em Paranaguá nos anos 1930: organização e estruturas sócio-afetivas*. 198 f. Dissertação (Mestrado em história), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.
- BULL, A. C. Neo-fascism. In: BOSWORTH, R. J. B. (org.). *The oxford handbook of fascism*. New York: Oxford University Press, 2012.
- BUTLER, Judith. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. (Tradução de André Villalobos). In. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5. Brasília, p. 193-216, jan./jul. de 2011.
- CARVALHO, Olavo de. *Nova era e revolução cultural: Fritjof Capra & Antônio Gramsci*. 3a ed., Rio, Faculdade da Cidade Editora, 1998.
- CARVALHO, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- COPSEY, N. Neo-Fascism: A Footnote to the Fascist Epoch?. In: lordachi, C., Kallis, A. (orgs.) *Beyond the Fascist Century*. Palgrave Macmillan, Cham, 2020.
- CYTRYNOWICZ, Roney. *Integralismo e Anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso nos anos 30*. 274 f. Dissertação (Mestrado em história), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.
- GAY, Peter. O cultivo do ódio. In. *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

- GOMES, Ângela C. e Hansen, Patrícia Santos. *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ações políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GUATTARI, Felix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suily. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.
- GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: introduction to the groupuscular right. *Patterns of Prejudice*. *Routledge*. Londres, v. 37, n. 1, p. 27-50, jun. 2010.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- KLEMPERER, Victor. *LTI: a linguagem do Terceiro Reich*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2006.
- LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história; Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- OLIVEIRA, Marcus Vinicius Furtado da Silva. *Gramsci no jardim das aflições*. In: VIII EPHIS. 2019, Belo Horizonte. Anais, Belo Horizonte: UFMG, 2019. P. 108-118
- PATSCHIKI, Lucas. *Os litorais da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)*. 419 f. Tese (Doutorado em história). Universidade do Oeste do Paraná. Marechal Candido Rondon, 2012.
- PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- ROSANVALON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.
- SILVA, Ivan H. M. Liberal na economia e conservador nos costumes: Uma totalidade dialética. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. v. 36, n. 107, p. 1-19, 2021.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
- TRAVERSO, Enzo. *As Novas Faces do Fascismo*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.